

Comentários
ao **CÓDIGO DE**
DEFESA DO
CONSUMIDOR

ORLANDO CELSO DA SILVA NETO



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S581c

Silva Neto, Orlando Celso da.

Comentários ao Código de Defesa do Consumidor / Orlando Celso da Silva Neto. - Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-4812-2

1. Brasil. [Código de defesa do consumidor (1990)]. 2. Defesa do consumidor - Legislação - Brasil. I. Título.

13-1823.

CDU: 34:366(81)
(094.46)

INTRODUÇÃO	1
Contexto histórico.....	2
Cenário internacional.....	9
Por que regular relações de consumo?.....	11
Como interpretar o Código e entendê-lo na realidade econômico-social presente?...	17

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

TÍTULO I DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Capítulo I – Disposições Gerais	21
■ Art. 1.º	21
Normas de ordem pública e interesse social.....	21
■ Art. 2.º	29
O conceito de consumidor.....	29
<i>Primeiro conceito:</i> o consumidor como destinatário final	33
O consumidor equiparado: as pessoas que hajam intervindo na relação de consumo	43
■ Art. 3.º	44
O conceito e a caracterização de fornecedor.....	44
Mercado, mercado de consumo e sua importância para caracterização da relação de consumo.....	46
A remuneração como condição imprescindível da relação de consumo.....	47
A definição da relação de consumo: algumas situações controversas.....	52
Relação entre previdência oficial e segurado do INSS: não caracterização da relação de consumo.....	53
Relação jurídico-tributária entre pessoa jurídica de direito público e contribuinte: não caracterização da relação de consumo.....	53
Relação jurídica entre construtora e investidores adquirentes de imóveis: não caracterização de relação de consumo.....	54

Relação jurídica entre distribuidora de combustível e sociedade empresária exploradora de posto de combustível: não caracterização da relação de consumo	54
Relação jurídica entre condomínio residencial e condômino: não caracterização da relação de consumo	55
Relação jurídica entre o município e o usuário do serviço conhecido como "Zona Azul": não caracterização da relação de consumo	55
Relação jurídica entre franqueado e franqueador: não caracterização da relação de consumo	56
Relação entre agricultor profissional e indústria agroquímica que produz adubo usado na plantação do agricultor: caracterização da relação de consumo	56
Relação entre taxista e instituição financeira que financia o táxi: caracterização da relação de consumo	56
Relação entre empresa industrial e seguradora cujo objeto é o seguro do patrimônio da empresa: caracterização da relação de consumo	57
Relação entre o comerciante que usa os serviços de pagamento e a administradora de cartão de crédito: caracterização da relação de consumo	57
Relação entre empresa de industrialização de pescados e concessionária de águas: caracterização da relação de consumo	57
O caso do contrato de <i>leasing</i>	58
Capítulo II – Política Nacional de Relações de Consumo	60
■ Art. 4.º	60
Natureza das normas que disciplinam a Política Nacional de Relações de Consumo	61
Presunção de vulnerabilidade	62
Controle administrativo (ação governamental)	68
a) por iniciativa direta	69
b) por incentivo ao movimento associativista	71
c) presença direta no mercado	71
d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho	73
Harmonização dos interesses dos fornecedores x consumidores	77
Educação e informação	78
Autocontrole de qualidade e segurança; mecanismos alternativos de solução de conflitos	79
Repressão às infrações à ordem econômica	80
Racionalização e melhora de serviços públicos	80
Estudo constante das modificações do mercado de consumo	80
■ Art. 5.º	80

Capítulo III – Direitos Básicos do Consumidor	82
■ Art. 6.º	82
Proteção da vida, saúde e segurança e contra riscos	83
Direito à educação para o consumo e à liberdade de escolha.....	85
O direito à informação	90
Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva	96
Práticas e cláusulas abusivas.....	97
Modificação e revisão de cláusulas excessivamente onerosas.....	98
Pode o fato superveniente ser pessoal, e não macroeconômico?	102
Diferenças entre regime de revisão contratual do Código de Defesa do Consumidor e o regime do Código Civil	103
Efetiva prevenção e reparação dos danos	106
A restituição integral.....	107
A reparação do dano moral.....	110
A relação entre a reparação integral prevista neste inciso e a previsão específica, em lei, de limitação da responsabilidade	115
Os danos punitivos (<i>punitive damages</i>). Inaplicabilidade no ordenamento nacional....	120
A quantificação da reparação moral.....	124
Reparação do dano: pagamento por um dos fornecedores aproveita os demais, salvo ressalva expressa	128
Acesso ao Judiciário e aos órgãos administrativos	130
Facilitação de defesa.....	131
Facilitação da defesa: a prova no processo consumerista	135
Inversão do ônus da prova	136
Verossimilhança e prova indiciária.....	140
Consumidor hipossuficiente.....	140
Momento oportuno	141
Inversão do ônus da prova ou presunção de existência do fato constitutivo?.....	143
Efeitos da inversão do ônus sobre as regras de custeio da prova	144
Questão polêmica: inversão do ônus da prova no processo administrativo consumerista	145
Possibilidade de inversão do ônus da prova <i>ex officio</i>	146
Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos.....	147
O "Diálogo das Fontes". A relação entre o CDC e outras normas que regulem relações de consumo	150
■ Art. 7.º	150
É possível – ou sequer preciso – conciliar a regra geral da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e o art. 7.º do CDC?.....	151

Interdisciplinaridade do CDC: Diálogo CDC x outras normas que regulam relações de consumo, aspectos de relações de consumo, ou que tragam conceitos de interesse do Direito do Consumidor	154
CDC e Leis específicas que regem serviços públicos (ou Lei de Concessões – Lei 8.987/1995).....	154
CDC e Lei de Incorporações.....	156
CDC e Lei do Inquilinato	156
CDC e Lei de Falências	159
CDC e outras leis que regulamentem aspectos específicos da relação de consumo ...	159
Diálogo entre o CDC e o Código Civil de 2002.....	160
CDC e normas posteriores mais restritivas.....	165
Indenização por dano no transporte rodoviário e ferroviário.....	166
Diálogo entre o CDC e a Lei do Sistema Financeiro Nacional	167
Competência do Procon para aplicar multas decorrentes da inobservância de outras normas (de defesa econômica).....	169
Profissões regulamentadas: o caso da advocacia.....	170
Capítulo IV – Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos	174
Seção I – Da Proteção à Saúde e Segurança	174
■ Art. 8.º	174
Mercado de consumo	176
Riscos.....	176
Riscos normais e previsíveis.....	177
Dever de informar sobre produtos perigosos antes do advento do Código de Defesa do Consumidor	180
Informações necessárias e adequadas.....	180
■ Art. 9.º	185
O cigarro e o álcool.....	188
Periculosidade: espécies e consequências.....	190
■ Art. 10.	192
Questão do "alto grau": a retirada do mercado	193
Parágrafo Primeiro – a questão do <i>recall</i>	194
Natureza jurídica do <i>recall</i>	194
■ Art. 11.	197
Seção II – Da Responsabilidade pelo Fato do Produto ou Serviço.....	197
■ Art. 12.	197

Responsabilidade.....	198
Natureza da responsabilidade do fornecedor.....	199
O fornecedor e a teoria da aparência.....	202
O fornecedor e sua responsabilidade nos negócios complexos (redes contratuais ou contratos conexos).....	205
Defeito.....	207
Dano: conceito, a existência e o montante.....	212
O dano moral.....	212
Dano moral e dano estético.....	229
A recomposição e a quantificação do dano moral.....	231
Questão importante: a culpa é importante para determinar a existência de dano moral?.....	232
Nexo causal.....	234
Nexo causal, probabilidade e estatística.....	235
Diferença entre causa e condição: a possibilidade de responsabilização subjetiva do fornecedor não causador do dano.....	235
Teorias sobre nexo causal.....	236
Excludentes de responsabilidade.....	242
Caso fortuito e força maior.....	242
Não colocação do produto no mercado.....	251
Inexistência de defeito.....	254
Culpa exclusiva do consumidor ou terceiro.....	257
O cigarro e a culpa exclusiva da vítima.....	261
Pode a concorrência de culpa minorar a indenização?.....	262
O terceiro.....	263
■ Art. 13.	265
Responsabilidade do comerciante.....	265
"Igualmente responsável".....	266
■ Art. 14.	267
Responsabilidade do fornecedor de serviços.....	267
Defeito x vício em se tratando de serviços.....	268
O serviço prestado.....	268
Os cuidados e cautelas a serem observados.....	276
A segurança que se espera do serviço.....	277
O modo de prestação.....	282
O resultado que se espera do serviço.....	283
O resultado que se espera do serviço em se tratando de obrigação de resultado.....	283

O resultado que se espera do serviço, em se tratando de obrigação de meio	286
A ação diligente e as formas de sua determinação.....	286
Danos causados "colateralmente" pela má prestação dos serviços.....	288
Informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos	292
As excludentes de responsabilidade	293
Inexistência de defeito.....	293
Culpa exclusiva do consumidor.....	294
O caso fortuito ou a ação exclusiva de terceiros como excludente de responsabilidade.....	296
Conceito de fortuito interno.....	297
Alguns casos polêmicos de fatos praticados por terceiros: classificação como fortuito interno ou externo.....	298
Acidente aéreo causado por colisão com outra aeronave: não caracterização do fortuito externo	298
Roubo no metrô.....	299
Roubo em hotel: caracterização de caso fortuito.....	300
Roubo de carro em lava-rápido.....	301
Exemplos de eventos considerados fortuitos internos e que não excluem responsabilidade do fornecedor	302
Acidente de consumo – queda no supermercado	303
Queda de passageiro motivada por freada brusca de ônibus	303
Transporte – acidente provocado por terceiro – Não excludente.....	305
Assalto dentro de <i>shopping center</i>	306
Treino de judô: aluno que fica tetraplégico.....	308
O terceiro, cuja ação pode excluir responsabilidade do fornecedor de serviços, não pode estar ligado ao fornecedor	309
Responsabilidade objetiva do estabelecimento fornecedor e subjetiva do prestador de serviço profissional liberal	311
Responsabilidade do médico não empregado do hospital.....	312
A ação do médico não integrante do corpo clínico como excludente de responsabilidade.....	315
A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação da culpa	317
Responsabilidade pela perda de uma chance	321
■ Art. 15.	325
■ Art. 16.	325
■ Art. 17.	326
Consumidor por equiparação.....	326
O dano reflexo (por ricochete).....	328

Seção III – Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço	329
■ Art. 18.	329
A responsabilidade por vício do produto ou serviço: o conceito de vício no Código de Defesa do Consumidor	331
Defeito e vício no Código de Defesa do Consumidor	332
Quem são os fornecedores	337
Responsabilidade dos fornecedores do produto ou serviço viciado no caso de fornecimento complexo	340
Vícios e suas espécies	343
Vício de qualidade	343
Responsabilidade pelo vício de qualidade	345
Vícios de qualidade, produtos usados e exoneração de responsabilidade	345
Vícios de quantidade	346
Vícios de disparidade	347
Obrigação e modo de saneamento (conserto) do vício pelo fornecedor	348
O abatimento do preço pelo vício de qualidade	355
A essencialidade do produto (§ 3.º)	355
A substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos prevista no § 4.º	357
Produtos <i>in natura</i> e responsabilidade	358
Produtos impróprios ao uso e consumo	358
■ Art. 19.	360
Abatimento proporcional do preço pelo vício de quantidade ou complementação do peso/medida	360
■ Art. 20.	361
Responsabilidade no caso de subcontratação	362
Reexecução por terceiros	363
Restituição da quantia paga	364
Abatimento parcial do preço	364
■ Art. 21.	364
■ Art. 22.	365
Responsabilidade por vício do produto ou serviço	365
A essencialidade do serviço	367
Obrigação de continuidade do serviço público e a interrupção do fornecimento ...	367
O caso da interrupção do fornecimento ao Poder Público inadimplente	378
A questão da assinatura básica de telefonia fixa	379

A questão do repasse ao consumidor de certos tributos incidentes na prestação do serviço, cujo contribuinte seja a concessionária: o caso do PIS/Cofins no serviço de telefonia	380
■ Art. 23.	382
■ Art. 24.	383
■ Art. 25.	389
Ilegalidade da exoneração de responsabilidade.....	390
Caso de limitação de responsabilidade: dados técnicos	390
Os parágrafos do art. 25: dispositivos independentes.....	392
Seção IV – Da Decadência e da Prescrição.....	394
■ Art. 26.	394
Prescrição ou decadência	395
O conteúdo jurídico do "direito de reclamar"	396
Decadência e prescrição (art. 27): distinção e consequências.....	397
Produtos duráveis e não duráveis	397
O vício aparente: o <i>dies a quo</i> do produto não aberto imediatamente pelo consumidor	398
A aplicabilidade deste artigo à revenda de produtos usados	399
As cláusulas abusivas, sua revisão e o prazo decadencial do art. 26	399
Inter-relação entre direito de reclamar, prazos decadenciais e garantias contratuais.....	401
Decadência e garantia na construção civil.....	405
Pode ser proposta ação judicial sem prévia reclamação?.....	405
Reclamação e pretensão de ressarcimento: necessidade de pleito objetivo do consumidor.....	405
■ Art. 27.	406
Prescrição da ação de reparação de danos.....	406
Seção V – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica	411
■ Art. 28.	411
Desconsideração da personalidade jurídica	412
Condições para a desconsideração da personalidade jurídica.....	412
Como se efetua a desconsideração da personalidade jurídica?	415
A natureza da responsabilidade quando desconsiderada a personalidade jurídica....	415
Contra que agentes pode se operar a desconsideração da personalidade jurídica....	416
Responsabilidade do grupo econômico e dos parceiros de negócio: §§ 2.º, 3.º e 4.º.....	417
Responsabilidade de terceiros derivada da lei ou do contrato	419

Capítulo V – Das Práticas Comerciais	421
Seção I – Das Disposições Gerais	421
■ Art. 29.	421
O fenômeno da “transposição”	422
Seção II – Da Oferta.....	424
■ Art. 30.	424
Publicidade ou informação suficientemente precisa.....	425
Publicidade ou informação veiculada	430
Fornecedor que veicula ou se utiliza da propaganda/informação	430
Contrato que vier a ser celebrado.....	431
■ Art. 31.	432
Oferta e apresentação.....	432
O conteúdo da oferta e apresentação: a qualidade das informações.....	435
Informações corretas	436
Informações claras.....	436
Informações precisas.....	439
Informações ostensivas.....	442
Informações em língua portuguesa.....	447
Informações completas.....	447
Completude da informação e informação “em dois tempos”	449
Características.....	452
Qualidade.....	452
Quantidade.....	453
Composição.....	455
Preço	456
Garantia.....	457
Prazos de validade	457
Origem.....	458
Entre outros dados.....	458
Informação errada e responsabilidade: quais fornecedores são responsáveis	463
Consequências jurídicas da oferta “errada”, posteriormente retratada.....	464
A retratação da oferta “errada”: forma e consequência	468
■ Art. 32.	469
Obrigação de continuidade da oferta de peças de reposição.....	469
Manutenção da oferta após interrupção da produção ou importação.....	471
■ Art. 33.	473

■ Art. 34.	474
■ Art. 35.	475
Métodos de exigência do cumprimento da oferta	476
Seção III – Da Publicidade.....	480
■ Art. 36.	480
O conceito de publicidade.....	480
Diferença entre publicidade e oferta	481
O Conar, sua função e seus poderes.....	481
Identificação da publicidade de forma fácil e imediata.....	482
<i>Merchandising</i>	482
Texto e linguagem a serem empregados na publicidade	484
Os dados fáticos que dão sustentação à mensagem.....	485
Dever de veracidade dos dados fáticos.....	485
■ Art. 37.	485
Publicidade: uma breve introdução	486
Publicidade de produtos regulados.....	487
Publicidade enganosa: elementos de fantasia e enganabilidade da publicidade	489
A publicidade do cigarro: a alegada (e inexistente) enganabilidade da publicidade do cigarro	490
Publicidade testemunhal e enganabilidade.....	493
Propaganda enganosa por omissão.....	499
Publicidade abusiva.....	505
Dados essenciais da publicidade	509
■ Art. 38.	510
Seção IV – Das Práticas Abusivas	510
■ Art. 39.	510
Práticas abusivas.....	512
Venda casada	521
Venda casada x produtos complexos.....	522
Recusa ao atendimento das demandas dos consumidores	525
Produtos fracionados x embalagens compostas	525
Promoções limitadas à existência de estoque.....	526
Limites quantitativos.....	526
A imposição de limites quantitativos justificados e o dever de informar	529
Proibição de envio de produto ou fornecimento de serviço sem solicitação prévia ...	529

Envio de cartão de crédito não solicitado	530
Cobranças de seguros não solicitados	532
Questão interessante: prazo para reclamar o estorno/cancelamento/indenização contra produtos/serviços não solicitados – e suas consequências.....	533
<i>O telemarketing</i>	534
Prevalência sobre fraqueza ou ignorância do consumidor	535
Vantagem manifestamente excessiva.....	540
Honorários advocatícios: excessos contratuais e imposição do ônus à outra parte	543
Legalidade da cláusula que imputa ao devedor honorários razoáveis de advogado do credor, quando ocorre atividade de advogado	546
Contrato de seguro: inadimplência de poucos meses/desproporcionalidade.....	549
Manutenção de contrato indesejado em aberto.....	551
Execução de serviços não autorizados.....	551
O caso dos serviços médicos prestados em situações emergenciais.....	552
Ônus da prova da autorização do serviço	553
Orçamento.....	553
Repasse indevido de informação depreciativa	554
Produto ou serviço em desacordo com normas oficiais.....	554
O pronto pagamento: pagamento por cheque, cartão e direito à informação. A relação desses meios de pagamento com os usos e costumes comerciais (inciso II) e suas consequências	554
A recusa de venda por cheque pode configurar dano moral, quando não adequa- damente mencionada a restrição	557
A venda a cartão e os preços diferenciados	558
A recusa de permitir venda a prazo para cliente cadastrado não configura dano moral.....	561
Inexistência de obrigação de manter contrato com consumidor indesejado	563
Elevação injustificada de preços	564
Não fixação de prazo para cumprimento de obrigação.....	565
Reajuste diverso do legal ou contratual.....	566
■ Art. 40.	566
■ Art. 41.	568
Seção V – Da Cobrança de Dívidas.....	568
■ Art. 42.	568
Cobrança de dívida	569
A exposição ao ridículo	569
O constrangimento ou ameaça	570
A cobrança indevida e a devolução em dobro.....	573

Em que consiste engano justificável.....	574
O pagamento a prazo e a abusividade.....	576
■ Art. 42-A	578
Seção VI – Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores	579
■ Art. 43.	579
Banco de dados e cadastros de consumidores	580
Exigência de comunicação, não de recebimento efetivo de notificação	587
O montante do dano a ser indenizado	589
Obrigação de retirar o nome de cadastros restritivos após pagamento	591
Contratos bancários: a conta conjunta e a inserção do correntista não responsável pelo cheque sem fundo	592
Contratos bancários: requisitos para a não inclusão do inadimplente em cadastros restritivos de crédito	592
Caracterização da responsabilidade do mandatário cobrador (banco).....	593
Comunicação de inadimplência motivada por cheque sem fundo emitido por fraudador: responsabilidade do comerciante e do estabelecimento bancário ou só do estabelecimento bancário?	598
■ Art. 44.	599
■ Art. 45.	600
Proteção contratual	600
Capítulo VI – Da Proteção Contratual	600
Seção I – Disposições Gerais	600
■ Art. 46.	600
Contratos de crédito, conhecimento prévio e prazo de reflexão	605
A "exceção" à regra	607
Conhecimento e alterações supervenientes.....	608
■ Art. 47.	609
Interpretação de cláusulas contratuais.....	609
■ Art. 48.	615
■ Art. 49.	616
Direito de arrependimento	616
Responsabilidade pelos custos de envio e devolução.....	621
■ Art. 50.	621
Garantia contratual.....	621

Seção II – Das Cláusulas Abusivas	623
■ Art. 51.	623
Nulas de pleno direito – a possibilidade de revisão judicial <i>ex officio</i>	628
Inciso I – Exoneração de responsabilidade	630
Contrato de seguro e não cobertura de doenças preexistentes	631
Incisos II e III: limitação do direito de reembolso e vedação da transferência de responsabilidade a terceiros	635
Inciso IV: obrigações iníquas e abusivas	639
Incisos VI, VII, VIII e IX: proibição de inversão do ônus probatório de forma contrária ao consumidor, utilização compulsória de arbitragem, imposição de representante e opção unilateral de conclusão do negócio	646
Inciso X: proibição de variação unilateral de preços	647
É lícita a transferência de encargos extraordinários?	648
Créditos escolares	649
Incisos XI e XII: cancelamento unilateral de contrato e ressarcimento de custos de cobrança	649
Inciso XIII: modificação unilateral do contrato	650
Incisos XIV e XV: violação de normas ambientais e cláusulas em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor	651
Inciso XVI: renúncia ao direito de indenização por benfeitorias necessárias	652
Os parágrafos do art. 51: o conceito de vantagem exagerada, a nulidade da cláusula contratual e seus efeitos sobre o contrato e a intervenção do Ministério Público ...	652
O reajuste do contrato de seguro de vida (ou seguro saúde) do idoso	658
■ Art. 52.	661
Cláusulas abusivas nos contratos de crédito	662
Principais práticas abusivas nos contratos financeiros e de crédito	664
Limite legal de juros e abusividade dos encargos contratados	665
Financiamento concedido por entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional	667
Cartões de crédito e taxas de juros	674
Limite de juros nos contratos do Sistema Financeiro de Habitação	677
Crédito consignado	677
Faturização	678
Juros não convencionados ou não pactuados de forma expressa (dubiedade da cláusula)	680
Capitalização de juros e sua disciplina. A capitalização mensal dos juros	683
A questão dos juros moratórios	687
Os diversos métodos de cálculo dos juros e suas consequências jurídicas	689

Superendividamento	692
Necessidade de se descrimarem os acréscimos legalmente previstos (inciso III)..	693
A necessidade de se descrimarem o número, a periodicidade das prestações (inciso IV) e a soma total a pagar, com e sem financiamento (inciso V).....	694
Os parágrafos do art. 52	695
A informação pré-contratual na concessão de crédito.....	696
A análise pré-contratual da concessão de crédito	699
■ Art. 53.	701
Seção III – Dos Contratos de Adesão	707
■ Art. 54.	707
Contrato de adesão: conceito e consequências	708
O destaque na redação de cláusulas limitativas de direito	711
Competência legislativa, competência administrativa e poder de polícia em termos de relações de consumo	714
Capítulo VII – Das Sanções Administrativas	714
■ Art. 55.	714
Competência legislativa	715
Competência legislativa dos Municípios em áreas afins.....	718
Competência normativa administrativa	727
■ Art. 56.	730
Estrita legalidade na aplicação de sanções	734
Responsabilidade do Estado por omissão no exercício do poder de polícia em matéria de Direito do Consumidor.....	737
■ Art. 57.	739
■ Art. 58.	746
■ Art. 59.	746
■ Art. 60.	747

TÍTULO II DAS INFRAÇÕES PENAIS

■ Art. 61.	749
Os crimes contra a ordem de consumo somente ocorrem em se tratando de produtos de consumo humano.....	755
■ Art. 62.	756

■ Art. 63.	756
■ Art. 64.	758
■ Art. 65.	759
■ Art. 66.	759
■ Art. 67.	761
■ Art. 68.	761
■ Art. 69.	762
■ Art. 70.	763
■ Art. 71.	764
■ Art. 72.	765
■ Art. 73.	767
■ Art. 74.	768
■ Art. 75.	769
■ Art. 76.	770
■ Art. 77.	772
■ Art. 78.	772
■ Art. 79.	773
■ Art. 80.	774

TÍTULO III DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

Capítulo I – Disposições Gerais	775
■ Art. 81.	775
■ Art. 82.	778
Legitimidade do Ministério Público e questões associadas	780
A legitimação da União, estados, municípios e do DF	783
Legitimidade do Procon para defesa judicial de direitos coletivos	784
Legitimidade de Comissão do Poder Legislativo	784
Legitimidade da Defensoria Pública para defesa de direitos coletivos	784
A legitimidade e eficácia das associações	785
Legitimidade de associação civil de defesa dos direitos dos consumidores	786

■ Art. 83.	788
■ Art. 84.	789
■ Art. 85.	793
■ Art. 86.	793
■ Art. 87.	793
■ Art. 88.	794
■ Art. 89.	801
■ Art. 90.	801
Capítulo II – Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos.....	803
■ Art. 91.	803
■ Art. 92.	803
■ Art. 93.	804
■ Art. 94.	811
■ Art. 95.	812
■ Art. 96.	813
■ Art. 97.	814
■ Art. 98.	817
■ Art. 99.	819
■ Art. 100.	820
Capítulo III – Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços.....	822
■ Art. 101.	822
■ Art. 102.	824
Capítulo IV – Da Coisa Julgada.....	825
■ Art. 103.	825
■ Art. 104.	830

**TÍTULO IV
DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

■ Art. 105.	833
■ Art. 106.	833

**TÍTULO V
DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO**

■ Art. 107.	839
■ Art. 108.	841

**TÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

■ Art. 109.	843
■ Art. 110.	843
■ Art. 111.	843
■ Art. 112.	843
■ Art. 113.	843
■ Art. 114.	844
■ Art. 115.	844
■ Art. 116.	844
■ Art. 117.	844
■ Art. 118.	844
■ Art. 119.	844
BIBLIOGRAFIA	845